



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-648

SENTENÇA

Processo nº: **0012479-88.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **Marina Donata Zarth Benine Alves**

VISTOS

Os réus **BRUNO BENINE ALVES e MARIANA DONATA ZARTH BENINE** foram condenados neste processo à pena de 10 dias multa, no valor mínimo, por terem transgredido o artigo 155, § 4º, inciso IV, c. c. o seu § 2º, do Código Penal. Foram diversos recursos da defesa e a condenação ficou mantida.

Agora, na fase de execução, os réus, através de defensor constituído, pedem a decretação da extinção da punibilidade, pela prescrição intercorrente da pretensão punitiva (fls. 373/380).

O Ministério Público reconhece a ocorrência da prescrição de pretensão executória da pena (fls. 383/389).

Feita esta digressão, examino a questão.

Deve ser reconhecida a prescrição, mas não da pretensão punitiva, como deseja a defesa, e sim da pretensão executória da pena.

Com efeito, a pretensão agora manifestada pelos réus também o foi perante o Superior Tribunal de Justiça e rejeitada no julgamento dos EDcll no AgRg no Agravo em Recurso Especial (fls. 352/354), seguindo o entendimento da Corte de que a não interposição de recurso ou a interposição de recurso inadmissível não obsta a ocorrência do trânsito em julgado da decisão condenatória, concluindo o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
 RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-648

Ministro Relator: "***In casu***, verifica-se que os ora embargantes não obtiveram êxito no agravo em recurso especial para afastar a inadmissão de seu recurso especial. Conforme a nova orientação, deve-se considerar a condenação transitada em julgado a partir do escoamento do prazo para interposição do recurso cabível. Assim, notória a não ocorrência da prescrição, pois entre a publicação da sentença condenatória, 3/8/2015 (fls. 149/151), e o escoamento do prazo para interposição do recurso cabível, 1º/8/16 (fl. 280), não decorreu lapso superior a 2 anos, prazo prescricional para a pena multa, nos termos do art. 114, I, do Código Penal" (fls. 353).

Trata-se, pois, de questão já julgada definitivamente, como bem definido ficou no parecer do Ministério Público de fls. 383/389, que aqui também adoto como razões de decidir, reconhecendo que a pretensão punitiva não foi atingida.

Inicia-se o prazo da prescrição, regulada pela pena aplicada, com o trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação, a qual será da pretensão punitiva até o trânsito em julgado para o réu e, depois disso, da pretensão executória da pena.

Com o trânsito em julgado da sentença condenatória para ambas as partes, torna-se definitiva a pena aplicada e, ocorrendo o lapso prescricional depois desta situação, o Estado decai do direito de executar a pena e não mais do direito de punir, a despeito do respectivo prazo ter seu marco inicial do momento em que a condenação transitou em julgado para a acusação.

No caso dos autos, considerando a pena imposta aos réus, que foi apenas de multa, o prazo prescricional é de dois anos (artigo 114, I, do Código Penal), que se inicia do dia em que a sentença condenatória transita em julgado para a acusação (art. 112, I, do CP). Como a decisão transitou em julgado para o Ministério Público em 10 de agosto de 2015 (fls.145), verifica-se que o marco final da prescrição da pretensão executória ocorreu 09 de agosto de 2017, impondo-se o seu reconhecimento.

Posto isto, com fundamento nos artigos 110, "caput" e 114, II, ambos do Código Penal, **declaro extinta** a penas impostas aos réus



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-648

BRUNO BENINE ALVES e MARIANA DONATA ZARTH BENINE neste processo, por ter o Estado decaído do direito de executá-la, permanecendo os efeitos secundários.

Feitas as comunicações e anotações, arquivem-se os autos.

P. I. C.

São Carlos, 27 de fevereiro de 2018.

ANTONIO BENEDITO MORELLO
JUIZ DE DIREITO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA